



RESUMO

O tema do artigo é o elefante que os reis de Portugal enviaram, em 1549, ao seu neto D. Carlos, príncipe de Espanha. Nele defende-se a possibilidade de esse animal exótico ter passado em Montemor-o-Novo e estar representado num fresco da ermida de São Pedro.

ABSTRACT

This article is about an elephant sent by the Portuguese King and Queen to their grandson Carlos, Prince of Spain, in 1549. It presents the possibility that the exotic animal would have passed through Montemor-o-Novo. And, in this case, it would be the elephant who is depicted in a fresco picture of São Pedro Chapel.

Uma representação de Salomão, o elefante do príncipe Carlos de Espanha e do arquiduque Maximiliano de Áustria, em Montemor-o-Novo?

*Jorge Fonseca*¹

A 22 de outubro de 1549 saiu de Lisboa rumo a Aranda de Duero, em Castela, um elefante de 9 anos, oferecido pelos reis de Portugal, D. João III e D. Catarina de Áustria, ao seu neto D. Carlos, de 5 anos de idade, nascido da união da sua filha D. Maria com Filipe II de Espanha. Em consequência da morte da mãe, devida ao parto, em 1545, a orfandade do príncipe, aliada à sua débil saúde, tornaram-no alvo do carinho dos avós, que o mimosearam com presentes exóticos, como uma zebra africana, um falcão e pássaros americanos (GSCHWEND 2010, 15).

O costume de obsequiar parentes e aliados políticos com animais raros foi uma prática frequente ao longo da História, da parte de príncipes e monarcas, vista como medida diplomática e fonte de prestígio e poder. Para os soberanos do Renascimento europeu, esse hábito de colecionar e exibir animais exóticos tornou-se comum, como forma de projetar uma imagem de magnificência, perante os próprios súbditos e os forasteiros, entre eles os representantes de cortes estrangeiras, e a sua oferta ao papa, ao imperador do Sacro Império e a outros monarcas foi uma eficaz arma política. Em 1477, D. Afonso V de Portugal enviou dois dromedários, um elefante e dois gatos almiscarados ao rei de Nápoles, René de Anjou (BEDINI 1997, 30). A Florença dos Médicis orgulhava-se dos leões que mantinha no centro da cidade. Lourenço, o Magnífico, recebeu em 1487 uma girafa do sultão egípcio Qaitbay, para ser enviada a Ana, rainha de França (BELOZERSKAYA 2008, 21-25). Rodolfo II constituiu em Praga, que fez sede do Império, um jardim de animais raros que mandava adquirir em todo o mundo e que incluía tigres, leões, leopardos e aves da África, América e Molucas (BELOZERSKAYA 2008, 217-227). D. Manuel I, rei de Portugal, deslocava-se em Lisboa acompanhado por aparatosos cortejos que integravam, além de cinco elefantes que tinha recebido da Índia, um rinoceronte fêmea e um cavalo persa com um caçador que transportava uma onça oferecida pelo rei de Ormuz (GÓIS 1749, 595). Os estrangeiros que visitaram a corte portuguesa admiraram-se com a presença de tão exóticos animais, como o flamengo Jan Taccoen de Zillebeke que, ao passar pela cidade do Tejo em 1514, descreveu com espanto o extraordinário porte físico e, simultaneamente, a grande destreza e inteligência dos elefantes cuja atividade presenciou (STOLS 2014, 125-126). No fim do ano anterior, D. Manuel tinha enviado ao papa Leão X uma sumptuosa embaixada que incluía um elefante branco, mais tarde designado por Hanno, que foi recebida em festa pelo povo romano e pela corte pontifícia (GÓIS 1749, 595). O próprio papa, seguindo a tradição familiar dos Médicis, mantinha no Vaticano uma célebre coleção de animais raros, resultado de ofertas e compras, que incluía leopardos, panteras e, claro, também leões (BEDINI 1997, 83-84).

O jovem paquiderme saído dos estábulos reais de Lisboa a 22 de outubro de 1549, tinha nascido em 1540 no reino de Kotte, do Ceilão, e vindo de navio para Portugal como oferta do embaixador desse estado, Sri Ramaraska Pandita. Acompanhado por dois tratadores indianos e um nobre cortesão, chegou ao destino a 6 de novembro, 14 dias depois. Porém, a dificuldade com a sua alimentação, à base de folhas e ramos de árvores, recomendaram a sua transferência para Valladolid, mas os elevados custos da manutenção quer do elefante quer dos dois tratadores, nem aí o deixariam ficar.

Por esse tempo, e na ausência quer de Carlos V, quer do filho Filipe, nos Países Baixos, ocuparam a regência de Castela e viveram na corte de Valladolid, entre 1548 e 1551, a filha do primeiro e irmã do segundo, Maria, e o marido, o arquiduque Maximiliano de

Áustria, futuro imperador Maximiliano II (1564-1576). A proximidade do jovem animal deve ter incutido no casal o desejo de o levar para Viena, ao regressar em outubro de 1551. Os monarcas portugueses não parecem ter-se oposto ao projeto.

Por isso, nesse ano o elefante real acompanhou os futuros imperadores e comitiva a Barcelona, onde embarcaria rumo a Génova, cidade a que todos chegaram a 13 de novembro. Aí foram recebidos por uma embaixada húngara, enviada por Fernando, pai do arquiduque e também futuro imperador (1556-1564), que tinha sido feito rei da Hungria. Segundo o cronista Nicholas Istvánffy, que descreveu o encontro, o elefante transportava no dorso um castelo de madeira com homens armados no interior, como era costume na Índia, em que os elefantes participavam na guerra. O vistoso adereço destinava-se a aumentar o efeito provocado pelo aparecimento do animal. Por muitos dos sítios onde passou daí em diante, em Milão, Trento, Bolzano e Innsbruck, onde chegou em janeiro de 1552, causou sensação, tendo sido várias vezes descrito por escritores da época e representado em obras de arte. Nesta última cidade foi mostrado ao imperador Carlos V. Embarcado depois, passou por Wasserburg, no Inn, e seguiu para Viena pelo Danúbio, dando entrada na capital imperial a 6 de março. Mas só a 7 de maio os arquiduques fizeram a sua entrada oficial na cidade, em cujo cerimonial e festas o elefante indiano ocupou um lugar destacado (GSCHWEND 2010, 15-23).

O animal régio foi alojado no parque do Castelo Kaiser Ebersdorf, nos arredores de Viena, integrado na coleção de plantas e animais raros colecionados por Maximiliano e onde constituiu grande motivo de atração dos visitantes. A partir daí e mesmo já depois da sua morte, em dezembro de 1553, foi objeto de representações artísticas, como pequenas esculturas em bronze, pinturas, uma medalha comemorativa da autoria do escultor cortesão Michael Fuchs e uma lápide em calcário encomendada por Maximiliano a Severin Brachmann, que o representava com a mulher tendo em fundo o elefante e um camelo vindo de Constantinopla. Depois da morte, o corpo do paquiderme indiano foi embalsamado, sendo exibido no parque do futuro imperador até que este, em 1572, o ofereceu ao cunhado, duque Alberto V da Baviera, permanecendo daí em diante na Rezidenz, o palácio principesco de Munique, até meados do século XX, quando a pele se deteriorou devido à humidade (GSCHWEND 2010, 23-34).

Mas a sua memória não deixou de persistir em épocas mais recentes. Em 1980 o jornalista Norbert Denkel publicou no jornal de Hamburgo *Die Zeit* um artigo a defender que o elefante oferecido pelos reis de Portugal se chamou Süleyman (Salomão), nome dado pelo próprio D. João III logo após a sua saída de Espanha (GSCHWEND 2010, 20). Em Salzburg, um conhecido restaurante e hotel evoca, através do seu nome e de várias representações do famoso paquiderme, a sua saída de Lisboa e a passagem pela região.



Ao frequentá-lo, o romancista português e Prémio Nobel José Saramago inspirou-se para escrever a sua novela *A viagem do elefante* (SARAMAGO 2008, 7). Em 2010 Annemarie Jordan, publicou um livro dedicado a Salomão, e à sua viagem através da Europa (GS-CHWEND 2010). No entanto e apesar de ter atravessado, a pé, toda a Península Ibérica, continua a não se conhecer nenhuma representação artística do mesmo, da própria época, em Portugal ou Espanha. O presente artigo tem por objetivo defender que ela existiu e permanece na ermida de São Pedro, em Montemor-o-Novo.

Esta cidade, no século XVI um dos centros urbanos mais populosos do sul do reino, destacava-se pela favorável situação geográfica, num território plano e na passagem das principais vias de comunicação que ligavam o litoral à fronteira de Castela, e no centro da região mais frequentada pela corte régia, entre Lisboa, Évora e Santarém. Era, por isso, local de estadia dos monarcas portugueses, que se dedicavam à caça nas coutadas dos arredores e que nela realizaram cortes. A sua economia era caracterizada pela predominância da agricultura e da pecuária, mas nela também tiveram peso a indústria de couros, a olaria e a tecelagem, entre outras, assim como o comércio inter-regional, que transportava, por meio de caravanas de almocreves, o trigo do interior do Alentejo para Lisboa e outras terras litorais, e o peixe, de Setúbal e outros portos, para as vilas e cidades alentejanas. O século XVI foi a época de apogeu social e artístico desta antiga vila, datando dela a maioria das construções com valor patrimonial hoje existentes.

Uma delas é a ermida de São Pedro, junto à ribeira de Canha, pequeno curso de água que rodeava a vila. Construída em 1511, como prova a lápide alusiva à sua fundação pela Irmandade dos Fiéis de Deus, na sua abside foi pintado um fresco cujo tema é o patrono da capela. Este seria, ainda na centúria de Quinhentos ou já no início de Seiscentos (ESPANCA 1975a, 238), tapado por um retábulo em madeira da mesma invocação², que o manteve oculto até 1975, quando o mesmo foi retirado para restauro. Surgiu, então, aos olhos contemporâneos a primitiva e notável pintura, posteriormente também restaurada.

O tema central do fresco é São Pedro sentado num trono de espaldar alto de madeira, com uma tiara papal e segurando as chaves de ouro e prata, enquanto com a mão direita faz o gesto de bênção (AFONSO 2009, 500). Completam a composição, que é emoldurada por vides, com suas folhas e cachos de uvas, produção destacada no território em volta de Montemor, cenas da vida rural, ligadas às atividades que se desenrolavam nas suas imediações: um rebanho de ovinos com o pastor, um camponês a ceifar uma ceara, mulheres vindas da fonte, dois pescadores com as respetivas canas, gado bovino e cavalariagem, além de um paço acastelado, de uma torre ao longe e da ribeira próxima da capela. Manuel Branco considerou tratar-se de uma alusão “à prosperidade e à paz da vila, uma

recorrência dos Efeitos do Bom Governo no Campo e na Cidade” de Ambrósio Lorenzetti no Palácio Público de Siena, do século XIV (BRANCO 2003, 97).

No entanto e surpreendentemente, além destas figuras, integráveis na tradição pictórica portuguesa e europeia, inspiradas no quotidiano envolvente, surge, no canto inferior direito, um pequeno elefante tendo em cima um homem em traje indiano. Na ausência de uma explicação para a insólita presença, os autores que até hoje se debruçaram sobre a pintura referem-se ao “*exotismo*” próprio desse tempo de contactos transcontinentais (BRANCO 2003, 99) e à atração “*dos Portugueses pela fauna das conquistas ultramarinas*” (ESPANCA 1975b, 367). Explicações, aliás, pertinentes, dada a existência, ao tempo, na corte de Lisboa, como foi dito, de vários desses animais ao serviço dos monarcas e exibindo-se pelas ruas, o que poderia ter levado o pintor do fresco de São Pedro a evocar um deles na sua pintura. Por seu lado, o historiador americano Silvio Bedini, no livro que em 1997 dedicou à viagem de Hanno, o elefante oferecido por D. Manuel I a Leão X, defendeu que a pintura de Montemor aludia a esse animal, que, no entanto, viajou de Lisboa para Roma por via marítima (BEDINI 1997, 198-202).

Pensamos poder contribuir para esclarecer a questão de uma forma mais plausível. Esta proposta nasceu de uma conversa tida, há já alguns anos, com a historiadora da arte da Renascença Annemarie Jordan, no local da pintura, que lembrou que o elefante aí representado poderia ser aquele que os reis de Portugal ofereceram ao neto infante de Castela, que por aqui devia ter passado. Por isso, as reflexões que se seguem resultaram desse diálogo, a que outras conversas se seguiram.

Não é conhecido o percurso que o elefante e os seus acompanhantes seguiram entre Lisboa e Aranda de Duero, mas é provável que tenha sido aproveitada a planura que, depois da travessia do Tejo até Aldeia Galega (atual Montijo), se estendia até à raia castelhana, facilitando as deslocações para o reino vizinho. Era a rota usada pelos almocreves que circulavam entre o litoral e o interior, assim como por grande parte dos viajantes em trânsito para Castela: Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz, Vila Viçosa, Elvas e Badajoz. A partir daí, rumo ao destino, o animal e a comitiva podem ter seguido por Placência, Salamanca e Valladolid, ou, em alternativa e mais provavelmente, por ser terreno mais fácil, por Madrid.

Desse modo, ao aproximar-se de Montemor pela estrada que ladeava, pelo sul, a respetiva ribeira, depois de atravessar a mesma, para entrar na vila e continuar viagem, pode ter ficado algum tempo a descansar e a beber. No final de outubro já a ribeira, tal como hoje, trazia água. A passagem pela ermida de São Pedro era inevitável, pois o caminho fazia-se, nesse tempo, pela encosta do castelo, junto à fonte que ainda hoje existe, com entrada

na vila pela rua de Alcácer. Aí podemos imaginar o anónimo pintor do fresco de São Pedro a ultimar o seu trabalho, a ouvir o burburinho do povo admirado pelo enorme animal, que a maioria desconhecia, vindo ao exterior ver o que se passava. Ele próprio não deixou de registar mentalmente a sua forma, com o tratador oriental em cima e, logo depois, já dentro da capela, de exprimir no próprio fresco a forte impressão colhida.

Será esta explicação compatível com o que se sabe sobre a época do fresco? Vejamos: apesar de Túlio Espanca, o historiador da arte que primeiro escreveu sobre ele, admitir que se tratava de trabalho “da época gótico-manuelina, datada dos primeiros lustres do século XVI” (ESPANCA 1975 b, 240), Luís Urbano Afonso, na obra citada, supõe poder ter sido pintado até 1540/1550, embora a atribua, mais provavelmente, aos anos entre 1515 e 1535, por razões de natureza estilística (AFONSO 2009, 502). No entanto, dado o arcaísmo que caracterizava muita da arte desse tempo, julgamos ser admissível que o fresco, incluindo o pequeno elefante, tenha sido realizado em 1549, aquando da passagem do régio paquíderme. O desenho do mesmo parece da mesma mão que pintou a restante composição. A ter sido assim, ficará também datado o próprio fresco, além de identificado o elefante e esclarecida a rota que percorreu.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Luís Urbano (2009), *A pintura mural portuguesa entre o Gótico Internacional e o fim do Renascimento: formas, significados, funções*, v. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BEDINI, Silvio (1997), *The pope's elephant*. Manchester: Carcanet.

BELOZERSKAYA, Marina (2008), *La jirafa de los Medici y otros relatos sobre los animales exóticos y el poder*. Barcelona: Gedisa.

BRANCO, Manuel J. C. (2003), “O Manuelino em Montemor-o-Novo”, *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal.

ESPANCA, Túlio (1975a), “Revelação de uma notável pintura gótica na ermida de São Pedro de Montemor-o-Novo”, *A Cidade de Évora*, 58. Évora: Câmara Municipal.

ESPANCA, Túlio (1975b), *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Évora*, v. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

GÓIS, Damião de (1749), *Crónica de D. Manuel*. Lisboa.

GSCHWEND, Annemarie Jordan (2010), *The story of Süleyman: celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal: Pachyderm*.

SARAMAGO, José (2008), *A viagem do elefante*. Lisboa: Caminho.

STOLS, Eddy, FONSECA, Jorge e MANHAEGHE, Stijn (2014), *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Lisboa: Universidade Nova/ Húmus.

(Agradeço ao historiador Dr. Manuel J. C. Branco a amabilidade de ter lido este texto e as impressões que sobre ele me comunicou)

NOTAS

1. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores.
2. Hoje no coro da igreja do Calvário, paroquial de N^a. S^a. da Vila.